

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA – SICOOB CENTRAL CECREMGE

Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balço patrimonial	11
Demonstração das sobras ou percas	12
Demonstração do resultado abrangente	13
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA - SICOOB CENTRAL CECREMGE

Bem-vindas, filiadas e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025 da cooperativa financeira SICOOB CENTRAL CECREMGE.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

O Sicoob faz parte do Sistema Financeiro Nacional e é o maior sistema de cooperativas de crédito do Brasil, atuando em todo o território nacional com soluções financeiras para pessoas físicas e jurídicas. Com mais de 9,5 milhões de cooperados, o Sicoob está presente em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal e atende cooperados em cerca de 2.500 municípios, com mais de 4,7 mil pontos de atendimento físicos, além de canais digitais. O Sistema é formado por cooperativas singulares, cooperativas centrais e pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), que coordena normas, políticas e operações integradas. Oferece uma ampla gama de serviços financeiros, como conta corrente, crédito, investimentos, cartões, previdência, consórcios, seguros, cobrança bancária e meios eletrônicos de pagamento, entre outros. Por ser uma cooperativa financeira, os usuários (cooperados) são também os donos da instituição, participando dos resultados. Por isso, os resultados financeiros são compartilhados – direta e indiretamente – entre os cooperados, e parte dos excedentes pode ser destinada a projetos comunitários e ao desenvolvimento regional.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente às diretrizes do Banco Central do Brasil (BCB) voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Para mais informações, acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa Cooperativa

Fundada em 1994, a Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais Ltda – Sicoob Central Cecemge é uma instituição financeira cooperativa de segundo nível, criada para representar os interesses de suas cooperativas filiadas, orientando-as em suas operações e serviços e promovendo a integração com o cooperativismo e com o Sistema Financeiro Nacional.

Atualmente, a Central é composta por 52 cooperativas filiadas, originárias de diversos segmentos econômicos, como comercial, rural, profissionais liberais e livre admissão. O Sistema conta com 667 postos de atendimento, sendo 47 digitais, e reúne mais de 1.275.830 cooperados, com presença nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pará, Ceará, Rio Grande do Norte e Goiás.

Seu papel é oferecer suporte às cooperativas singulares por meio da representação, assistência técnica, supervisão e integração, permitindo que atendam às necessidades de seus associados e realizem negócios com eficiência. Para isso, o Sicoob Central Cecremge disponibiliza linhas de crédito e um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, operacionais, tecnológicos e de apoio à gestão, alinhados às necessidades do sistema cooperativo e às diretrizes regulatórias vigentes.

A entidade investe continuamente no aperfeiçoamento tecnológico, na inovação de processos e sistemas de controle e gestão, bem como na capacitação dos colaboradores da Central e das cooperativas filiadas. Com a ampliação da livre admissão de associados, as cooperativas têm levado os benefícios do cooperativismo de crédito a um público cada vez mais amplo, fortalecendo ainda mais o Sistema.

A Central atende a diversos segmentos, incluindo livre admissão, empregados públicos, empregados privados, profissionais liberais e empresários. Por meio de uma atuação sistêmica, contribui de forma consistente para o desenvolvimento socioeconômico sustentável das comunidades onde está presente, promovendo a inclusão financeira, a geração de valor, o fortalecimento regional e a perenidade do cooperativismo de crédito.

A soma de esforços da Central e de suas filiadas confere ao Sicoob Central Cecremge posição de destaque no mercado financeiro, consolidando sua liderança e reafirmando, diariamente, o compromisso com os princípios e valores do cooperativismo.

4. Política de Crédito

A concessão de crédito é realizada para cooperativas filiadas após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos ainda, consultas cadastrais e análises do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21, que entrou em vigor a partir de janeiro de 2025. Essa resolução altera a forma como as instituições financeiras classificam, mensuram e reconhecem perdas esperadas em seus ativos financeiros, incluindo a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

5. Governança Corporativa

A governança corporativa do Sicoob Central Cecremge é estruturada pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Comitê de Riscos, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Essa estrutura atende aos elevados padrões de governança exigidos pelo Banco Central do Brasil e segue as melhores práticas de mercado.

Os atos da administração da Central, bem como a validação dos balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são fiscalizados pelo Conselho Fiscal, responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática, atuando de maneira complementar ao Conselho de Administração. A gestão dos negócios da cooperativa, no dia a dia, é conduzida pela Diretoria Executiva.

O Sicoob Central Cecremge conta com um profissional designado para a função de Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam internos e/ou sistêmicos (Sicoob Central Cecremge e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação aplicável.

Os balanços da cooperativa Central são auditados por auditor externo, que emite relatórios encaminhados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil.

Além do Estatuto Social, a instituição observa regimentos e regulamentos, dentre os quais se destacam: Regimento Interno, Regimento do Conselho de Administração, Regimento da Diretoria Executiva, Regimento do Conselho Fiscal e Regulamento Eleitoral.

Adotamos procedimentos para cumprimento das normas contábeis e fiscais. Adicionalmente, os integrantes da Central atuam em conformidade com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional estabelecido pelo Sicoob Confederação.

Esses mecanismos de controle são fundamentais para assegurar às filiadas e à sociedade a transparência da gestão e das atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal destinado ao atendimento de manifestações relacionadas aos nossos produtos e serviços.

As cooperativas filiadas aderiram ao convênio para compartilhamento e utilização do Componente Organizacional de Ouvidoria único definido pelo Sicoob, o qual possui sistema para a recepção e atendimento das reclamações recebidas.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/07/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2025.

Unidade de Apresentação: Em milhares de reais.

Resultados Financeiros do Período		31/12/2025
Sobras do Exercício		116.385

Número de cooperativas singulares		31/12/2025
Total		52

Carteira de Crédito		31/12/2025
Carteira Comercial		948.121
Total		948.121

Captação		31/12/2025
Centralização Financeira		22.637.955
Total		22.637.955

	Patrimônio de Referência	31/12/2025
Total		512.346

9. Agradecimentos

Agradecemos as nossas cooperativas filiadas pela confiança e parceria, que nos motivam a buscar sempre a excelência e a inovação. Também agradecemos aos colaboradores pela dedicação e adaptação diante dos desafios, essenciais para alcançarmos resultados sólidos e sustentáveis.

Conselho de Administração e Diretoria.

Belo Horizonte - MG, 31 de dezembro de 2025.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros, Diretores e Associados da
Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais
Ltda – SICOOB CENTRAL CECREMGE
Belo Horizonte – MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CECREMGE, em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução

nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Existência e valorização de instrumentos financeiros classificados como custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Veja as Notas 3.4 e 6 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa possuía registrado Instrumentos Financeiros representados por Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, classificadas como custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes e Títulos e Valores Mobiliários classificadas como custo amortizado e valor justo por meio do resultado, para os quais os preços ou indexadores são observáveis no mercado, registrados e custodiados em órgãos regulamentados de liquidação e custódia (Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão). Devido ao fato desses ativos serem os principais elementos que influenciam o patrimônio líquido e o reconhecimento de resultado da Cooperativa, no contexto das demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:</p> <ul style="list-style-type: none">- teste da existência por meio de conciliação das posições mantidas pela Cooperativa com as informações fornecidas pelos custodiantes;- recálculo da valorização dos ativos financeiros com base em preços disponíveis obtidos junto a fontes de mercado independentes;- avaliação da rentabilidade obtida pela Cooperativa auditada por meio da comparação do seu resultado com o resultado esperado considerando os ativos investidos; e;- avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras da Cooperativa. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequado os saldos das aplicações em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários, no tocante à existência e valorização, assim como suas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria

ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as

divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 30 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

	Notas	31/12/2025
ATIVO		23.898.362
DISPONIBILIDADES	5	3
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		10.167.866
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.1	994.213
Títulos e Valores Mobiliários	6.1	8.228.639
Operações de Crédito	7	948.121
Outros Ativos Financeiros	9	3.359
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	6.3 e 8	(6.466)
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		11.840.664
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.2	11.840.664
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		1.439.860
Títulos e Valores Mobiliários	6.3	1.439.860
ATIVOS FISCAIS, CORRENTES e DIFERIDOS	10	528
OUTROS ATIVOS	11	5.152
INVESTIMENTOS	12	433.149
IMOBILIZADO DE USO	13	17.913
INTANGÍVEL E ÁGIO	14	4.605
(-) DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES		(11.378)
(-) Depreciação Acumulada de Ativo Imobilizado de Uso	13	(7.469)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	14	(3.909)
TOTAL DO ATIVO		23.898.362
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		23.898.362
PASSIVO FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		22.973.447
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		22.637.955
Centralização Financeira - Cooperativas	15.1	22.637.955
OUTROS PASSIVOS		52.755
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas	16.1	9.289
Outras Obrigações	16.3	43.466
PROVISÕES		282.737
Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros	17.1	661
Provisão para Pagamento a Efetuar	17.2	278.686
Provisão para Contingências	17.4	3.390
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	924.915
Capital Social		732.931
Reservas de Sobras		85.218
Outros Resultados Abrangentes		(48)
Sobras ou Perdas Acumuladas		106.814
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		23.898.362

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA - SICOOB CENTRAL CECREMGE

SICOOB CENTRAL CECREMGE
CNPJ: 00.309.024/0001-27
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS
Em milhares de Reais

	Notas	2 ° Sem. 2025	31/12/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.592.406	2.790.778
Resultado de Operações de Crédito	7.2	73.655	143.149
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.6.a	403.928	722.837
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.6.b	1.114.823	1.924.792
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.542.155)	(2.697.338)
Operações de Empréstimos e Repasses	20	(1.542.155)	(2.697.338)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		50.251	93.440
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	8.3	4.109	7.847
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		54.360	101.287
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		16.716	32.040
Receitas de Prestação de Serviços	21	2.079	2.664
Despesas de Pessoal	22	(13.162)	(26.061)
Outras Despesas Administrativas	23	(13.604)	(23.989)
Despesas Tributárias	24	(177)	(270)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12.1	5.398	37.392
Outras Despesas Operacionais	25	(13.091)	(20.261)
Outras Receitas Operacionais	26	49.273	62.565
PROVISÕES	27	(661)	(3.041)
Provisões/Reversões para Contingências		-	(2.380)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(661)	(661)
RESULTADO OPERACIONAL		70.415	130.286
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	28	-	(5)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		70.415	130.281
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(12.920)	(13.123)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(8.070)	(8.192)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(4.850)	(4.931)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(360)	(773)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO		57.135	116.385

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA - SICOOB CENTRAL CECREMGE

SICOOB CENTRAL CECREMGE
CNPJ: 00.309.024/0001-27
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em milhares de Reais

	Notas	2 ° Sem. 2025	31/12/2025
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		57.135	116.385
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(465)	(2.116)
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado			
Ajuste de avaliação patrimonial		(465)	(2.116)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		56.670	114.269

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA - SICOOB CENTRAL CECECMGE

SICOOB CENTRAL CECECMGE
CNPJ: 00.309.024/0001-27
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	RESERVAS DE LUCROS A REALIZAR	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 30/06/2025		732.931	24.688	10.000	58.542	417	59.250	885.828
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21		-	-	-	-	-	(5.226)	(5.226)
Reversão/Realização de Reservas		-	-	(10.000)	(48.058)	-	58.058	-
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	-	-	13.459	13.459
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	-	-	57.135	57.135
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	(465)	-	(465)
Destinações das Sobras do Período:								
Fundo de Reserva		-	12.654	-	-	-	(12.654)	-
Outras Destinações das Sobras do Período		-	-	-	37.392	-	(37.392)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	-	(25.309)	(25.309)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	-	(507)	(507)
Saldos em 31/12/2025		732.931	37.342	-	47.876	(48)	106.814	924.915
Saldos em 31/12/2024		604.750	24.688	10.000	58.542	2.068	41.681	741.729
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21		-	-	-	-	-	(5.226)	(5.226)
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:								
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior		-	-	-	-	-	(5.681)	(5.681)
Distribuição de sobras para associados		36.000	-	-	-	-	(36.000)	-
Movimentação de Capital:								
Por Subscrição/Realização		121.207	-	-	-	-	-	121.207
Por Devolução (-)		(29.026)	-	-	-	-	-	(29.026)
Reversão/Realização de Reservas		-	-	(10.000)	(48.058)	-	58.058	-
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	-	-	13.459	13.459
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	-	-	116.385	116.385
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	(2.116)	-	(2.116)
Destinações das Sobras do Período:								
Fundo de Reserva		-	12.654	-	-	-	(12.654)	-
Outras Destinações das Sobras do Período		-	-	-	37.392	-	(37.392)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	-	-	(25.309)	(25.309)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	-	(507)	(507)
Saldos em 31/12/2025		732.931	37.342	-	47.876	(48)	106.814	924.915

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA - SICOOB CENTRAL CECREMGE

SICOOB CENTRAL CECREMGE
CNPJ: 00.309.024/0001-27
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Em milhares de Reais

	Notas	2º Sem. 2025	31/12/2025
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		70.415	130.281
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo		(31.291)	(31.291)
Distribuição de Sobras e Dividendos - Invest. Aval. Custo		-	(4)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(5.398)	(37.392)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.3	(4.109)	(7.847)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	27	661	661
Provisões/Reversões para Contingências	27	-	2.380
Atualização de Depósitos em Garantia	26	(81)	(132)
Depreciações e Amortizações	23	663	1.336
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		30.860	57.992
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.299.523	(733.905)
Títulos e Valores Mobiliários		(5.091.366)	(5.257.086)
Operações de Crédito		84.178	197.140
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(10)	(516)
Outros Ativos		(1.534)	290
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais			
Relações Interfinanceiras		2.946.723	4.895.799
Outros Passivos Financeiros		33	(131)
Provisões		(5.797)	(5.746)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		365	157
Outros Passivos		71.891	129.075
FATES - Atos Cooperativos		(25.309)	(25.309)
FATES - Atos Não Cooperativos		(507)	(507)
Outras Destinações		-	(5.682)
Reversão/Realização de Fundos		13.459	13.459
Imposto de Renda Pago		(4.913)	(5.066)
Contribuição Social Pago		(139)	(240)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(682.543)	(740.276)
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos Recebidos - Invest. Aval. Custo		-	4
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos - Invest. Aval. Custo		31.291	31.291
Aquisição de Intangível		-	(17)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(334)	(465)
Aquisição de Investimentos		(43.904)	(44.457)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(12.947)	(13.644)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		-	121.207
Devolução de Capital aos Cooperados		-	(29.026)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		-	92.181
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(695.490)	(661.739)
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		695.493	661.742
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	5	3	3
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(695.490)	(661.739)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em Milhares de Reais

1. Contexto Operacional

A **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA - SICOOB CENTRAL CECREMGE** doravante denominado **SICOOB CENTRAL CECREMGE** ou **COOPERATIVA**, é uma entidade cooperativista, que tem por objetivo a organização em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.970/2021 e 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica. Neste sentido, o **SICOOB CENTRAL CECREMGE** coordena as ações de suas filiadas, difunde e fomenta o cooperativismo de crédito e orienta a aplicação dos recursos captados pelo Sistema Cecremge. O **SICOOB CENTRAL CECREMGE** integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob, em conjunto a outras Cooperativas Centrais e Singulares, sendo sediada à **AVENIDA DO CONTORNO, Nº 4.924, FUNCIONÁRIOS, BELO HORIZONTE - MG**.

O **SICOOB CENTRAL CECREMGE** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Estão apresentadas em conformidade com as diretrizes da Lei nº 6.404/1976, que regulamenta as sociedades por ações, bem como as alterações introduzidas pelas legislações subsequentes, como a Lei nº 11.638/2007, que trouxe importantes modificações em relação à estruturação das demonstrações financeiras, e a Lei nº 11.941/2009, que aprimorou a transparência e a relevância das informações contábeis.

Adicionalmente, foram levadas em consideração as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09 e 196/22. Também foram observadas a Resolução CMN nº 4.818/2020, que estabelece diretrizes contábeis, e suas alterações subsequentes, a Resolução nº 5.185/2024 e a Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024.

Por fim, foram consideradas as diretrizes da Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367/2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 17 de março de 2026.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, novas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme a tabela a seguir, que apresenta as normas recepcionadas:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Resolução CMN nº 4.975/2021
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 - Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 - Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 - Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB, quando aplicáveis a esta cooperativa, foram empregados em sua integridade na elaboração destas demonstrações financeiras. Os impactos de divulgação requeridos pelas Resolução CMN nº 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e Resolução BCB nº 352/2023 estão refletidos nas demonstrações deste exercício.

c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

2.1 a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2025:

Resolução CMN nº 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e a Resolução BCB nº 352/2023: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Os principais impactos nas demonstrações referentes à adoção da resolução são:

2.1 a.1) - A adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito. Os instrumentos financeiros são classificados em 3 (três) estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência.

2.1 a.2) - Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Cooperativa e em suas características contratuais de fluxos de caixa e não mais com base na intenção.

2.1 a.3) - As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas.

2.1 a.4) - Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade.

2.1 a.5) - Vedação de registro no ativo de instrumentos financeiros baixados para prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.

2.1 a.6) - Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;

2.1 a.7) - Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que a Cooperativa não tem mais expectativa de recuperação.

Além disso:

- O critério de suspensão da apropriação de juros passa a se aplicar a partir do momento em que as operações forem classificadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;

- O critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo também foi alterado: os ativos passam a ser baixados quando a Cooperativa não tiver mais expectativa de recuperação;

- Foram estabelecidas novas diretrizes para a contabilidade de hedge, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

Resolução CMN 4.975/2021 e Resolução 5.101/2023: dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2). A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista, a Cooperativa optou por adotar a norma prospectivamente para os contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2025, data em que entrou em vigor, conforme determinação do órgão regulador.

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii) **Instruções Normativas BCB nº 426 a 433**, atualizadas em 05 de novembro de 2024 pelas Instruções Normativas BCB nº 619/2025 e 671/2025: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos:

- (i) ativo realizável e permanente;
- (ii) grupos de compensação ativa e passiva;
- (iii) passivo exigível;
- (iv) patrimônio líquido;
- (v) resultado credor e devedor.

b) Adoção Inicial

A Cooperativa adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Foram auditados os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Os valores correspondentes ao segundo semestre de 2025, apresentados conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.818/20 nas demonstrações de sobras ou perdas (DSP), demonstrações do resultado abrangente (DRA), demonstrações das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e demonstrações dos fluxos de caixa (DFC), não foram auditados, em razão da dispensa aplicável às cooperativas prevista na Resolução CMN nº 4.910/21.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido do sistema Sicoob, demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentado na Nota 4.

c) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, instituiu a Reforma Tributária. Em decorrência da promulgação e do avanço do processo de regulamentação da Reforma Tributária sobre o consumo, que estabelece a substituição gradativa de tributos atuais por um sistema dual composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”), o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob vem acompanhando as alterações normativas, seus atos infralegais e os respectivos efeitos potenciais sobre as operações, processos e sistemas da Cooperativa.

Considerando o estágio atual de implementação, o Sicoob vem conduzindo, para o próximo exercício, um plano de adequação voltado (i) à revisão de processos de faturamento e contratação com fornecedores, (ii) à avaliação de impactos sobre o preço e a estrutura de custos dos serviços oferecidos, (iii) avaliação sobre eventuais necessidades de emissão de nota fiscal de serviço, (iv) mapeamento e classificação das operações para fins de apuração e escrituração em eventuais obrigações acessórias, e (v) à atualização de sistemas, cadastros fiscais e parametrizações para captura, conciliação e suporte à apuração de créditos e débitos, quando aplicável.

Entre os principais temas em avaliação, destacam-se:

- a) impactos nos serviços oferecidos, inclusive pela eventual necessidade de adequações contratuais para refletir a forma de destaque e repasse de CBS/IBS nas notas fiscais e documentos fiscais equivalentes;
- b) procedimentos de apuração e controle de créditos tributários, observadas as regras de não cumulatividade e os requisitos de documentação e escrituração;
- c) adequações operacionais e de compliance, envolvendo governança de dados fiscais, trilhas de auditoria, conciliações e controles internos; e
- d) potenciais efeitos sobre apresentação, notas explicativas e divulgações, na medida em que evoluam as definições regulatórias e as orientações de órgãos competentes.

Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar com confiabilidade os efeitos financeiros líquidos da Reforma Tributária para o próximo exercício, uma vez que parte relevante do arcabouço regulatório e operacional ainda se encontra em fase de detalhamento e implementação, podendo sofrer alterações. O Sicoob seguirá acompanhando a evolução normativa e, quando aplicável, refletirá os impactos na mensuração, no reconhecimento e/ou na divulgação contábil de forma prospectiva, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a regulamentação aplicável.

Resolução CMN nº 4.966/2021 - Instrumentos Financeiros e normativos relacionados - Estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Principais Políticas Materiais

3.1 Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

3.2 Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos, os quais são revisados no mínimo, anualmente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas associadas ao risco de crédito, as provisões para ajuste dos ativos não financeiros ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dessas estimativas e premissas em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição. São utilizadas pelo Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Nota 5.

3.4 Instrumentos Financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros

Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas para administração dos ativos financeiros. As Cooperativas administram e classificam os ativos financeiros em um dos três modelos/categorias descritas a seguir:

Modelo de Negócio 1: Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Modelo de Negócio 2: Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Modelo de Negócio 3: Outros modelos de negócios.

Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, a Cooperativa avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo:

- i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros,
- ii) pela venda, ou por

iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

A Cooperativa não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos e passivos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial, para os ativos financeiros, quando essa designação resulta em informação mais relevante para a entidade, porque elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre eles em diferentes bases.

II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica "Receitas de juros", enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica "Despesas de juros", ao longo do prazo do respectivo contrato.

Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada "Ajuste de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica "Receitas de juros". Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica "Resultado líquido de juros", no período em que ocorrem.

III. Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

IV. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

3.5 Derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

3.6 Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas à concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB nº 352/2023, a Cooperativa optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e com características de crédito.

O Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN n.º 4.966/2021, adotou de forma prospectiva a TJEO e passou a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas foram incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

3.7 Suspensão dos Juros (stop accrual)

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático – Estágio 3), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN n.º 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Dentre os critérios para marcação de ativo problemático, inclui-se operações com atraso superior a 90 (noventa) dias.

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB n.º 42.403/2024, a Instituição adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

3.8 Provisão para Perdas

I. Visão Geral

A Cooperativa realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN n.º 4.966/2021 e Resolução BCB n.º 352/2023 para:

Aplicações interfinanceiras de liquidez;

Títulos e valores mobiliários;

Operações de créditos;

Outros ativos financeiros; e

Exposições “off-balance” (que gerem risco de crédito).

II. Estágios

A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (*lifetime*).

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

As perdas esperadas calculadas com base nos dados observados estatísticos da Cooperativa; ou

O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB n.º 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).

III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de default para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela Cooperativa é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Instituição avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de default), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Em estágio 3 devem ser todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidenciem dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

Probabilidade de default – PD: A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada;

Perda dada ao default – LGD: A LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o default. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da Cooperativa para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente.

Exposição ao default – EAD: É a exposição na data da inadimplência.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966 de 2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

3.9 Ativos Financeiros com Problema de Recuperação de Crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;

- Todas as operações enquadradas como reestruturadas;

É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastadas (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar os seguintes critérios:

- Operações cujo gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma massificada;
- Instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático quando são observadas evidências de melhora na capacidade de pagamento da contraparte. Especificamente, considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático após a realização de pagamentos consecutivos, sem atrasos, até que seja atingido um percentual mínimo do saldo devedor, conforme critérios internos definidos com base nas diretrizes da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Essa reclassificação é condicionada à ausência de parcelas vencidas, ao cumprimento das obrigações contratuais e à evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem dependência da execução de garantias ou colaterais.

Os ativos financeiros são baixados do balanço patrimonial quando não há expectativa razoável de recuperação de seu valor, total ou parcial. Essa baixa decorre do reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto no artigo 49 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A avaliação da necessidade de baixa considera evidências objetivas de perda, incluindo, mas não se limitando a: inadimplência prolongada ou ausência de perspectivas de recuperação após esgotadas as medidas de cobrança e recuperação, inclusive aquelas envolvendo garantias e colaterais.

A instituição adota integralmente os critérios estabelecidos no § 4º do artigo 3º da Resolução CMN nº 4.966/2021 para a reclassificação de ativos financeiros anteriormente identificados como com problema de recuperação de crédito.

Para que um ativo deixe de ser enquadrado nessa condição, devem ser atendidos, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- Manutenção de pagamentos pontuais do principal e encargos por período suficiente para evidenciar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte;
- Cumprimento das demais obrigações contratuais pelo mesmo período;
- Existência de evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem a necessidade de execução de garantias ou colaterais.

- A aplicação desses critérios visa assegurar que a reclassificação reflita de forma fidedigna a real capacidade de recuperação do crédito pela instituição, em consonância com as melhores práticas.

3.10 Efeitos Tributários Cooperativas

Em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as Cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei 14.467/2022 não é aplicável.

Os critérios contábeis estabelecidos pela resolução foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

3.11 Operações de Crédito Cedidas

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

3.12 Investimentos

Representam investimentos em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições, sendo avaliadas pelo método de equivalência patrimonial conforme Resolução CMN Nº 4.817/2020.

3.13 Imobilizado de Uso

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. Esses bens são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada.

Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas conforme a vida útil estimada dos bens, a saber:

- edificações – 4%;
- equipamentos de uso – 10%;
- veículos e processamento de dados – 20%.

3.14 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, As amortizações são calculadas pelo método linear, à taxa anual de:

- Intangíveis 20%.

3.15 Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa não apresentou ativos contingentes.

3.16 Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

3.17 Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

3.18 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

3.19 Tributos

Em cumprimento ao artigo 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do artigo 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço ao não associado.

O resultado apurado nas operações realizadas com associados não está sujeito à tributação, conforme o regime jurídico das sociedades cooperativas.

3.20 Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante) apresentados por faixa de vencimento.

3.21 Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

3.22 Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

3.23 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

3.24 Ativos não financeiros mantidos para venda – recebidos

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, tais como veículos, imóveis e intangíveis, de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.747/2019, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução.

O método de mensuração e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

Para o reconhecimento dos ativos não financeiros mantidos para venda, considera-se a data de entrada desses ativos na Cooperativa. Assim, se o período em que os ativos não financeiros permanecem na Cooperativa ultrapassar um ano, eles são reclassificados para o grupamento contábil do ativo não circulante realizável a longo prazo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa não apresentou ativos não financeiros mantidos para venda – recebidos.

3.25 Depósitos e Captações por Recursos Aceite e Emissão de Títulos

Os recursos provenientes de depósitos e captações estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, pro rata dia.

3.26 Relações Interfinanceiras – Obrigações por Repasses Interfinanceiros

Compreendem os recursos captados com instituições parceiras, por intermédio da Cooperativa Central, destinados para repasses aos cooperados, estando atualizados pelos encargos contratados até a data do balanço.

3.27 Operações de Arrendamento – Arrendatário

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de arrendamentos estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 06 (R2) – Arrendamentos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.975/2021.

A Cooperativa atua como arrendatária de imóveis. Os contratos de arrendamento são reconhecidos como passivos financeiros pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa média de captação (taxa incremental). Em contrapartida, é registrado um ativo de direito de uso correspondente. As despesas financeiras relacionadas aos arrendamentos são apropriadas ao resultado.

Contratos com ativos de valor inferior a trinta mil novecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos (o parâmetro definido no IFRS 16 – Arrendamentos, com a referência de US\$ 5,000.00 (cinco mil dólares), multiplicado pelo valor do dólar PTAX na cotação de 31/12/2024) ou com prazo inferior a 12 (doze) meses — considerados de baixo valor ou curto prazo — não são tratados como arrendamentos, salvo quando houver expectativa de renovação. Nesses casos, os pagamentos são reconhecidos diretamente como despesa no resultado.

O prazo do arrendamento considera o período não cancelável do contrato, as expectativas de renovação ou rescisão e o tempo estimado de uso do ativo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa não apresentou operações de arrendamento.

4. Reconciliação de Saldos Patrimoniais Comparativos em 1º de janeiro de 2025

A Cooperativa optou pela isenção prevista pela Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da norma foram reconhecidas no patrimônio líquido dentro de sobras ou perdas acumuladas a partir de 1º de janeiro de 2025.

a) Reconciliação do patrimônio líquido na transição para Resolução CMN nº 4.966/2021.

Descrição	Valor Contábil
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024	741.729
Perda esperada de crédito para operações de crédito	(2.179)
Perda esperada de crédito para demais ativos financeiros	(3.047)
Patrimônio líquido conforme a Res. CMN nº 4.966/21 em 1 de janeiro de 2025	736.503

b) Estão apresentados a seguir, os saldos de reconciliação com os impactos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/21:

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	Aplicação Interfinanceira de Liquidez	12.100.932	-	2.802.915	Custo Amortizado
			-	9.298.017	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes
	Provisão para perdas esperadas	-	(39)	(39)	Custo Amortizado
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	5.068.015		4.290.416	Custo Amortizado
				777.599	Valor Justo por meio do Resultado
	Provisão para perdas esperadas	-	(3.008)	(3.008)	Custo Amortizado
Operações de Crédito	Operações de Crédito	1.148.308	-	1.148.308	Custo Amortizado
	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(9.086)	(2.179)	(11.265)	Custo Amortizado
Outros Ativos Financeiros	Outros Ativos Financeiros	3.258	-	3.258	Custo Amortizado
	Provisão para perdas esperadas	(31)	-	(31)	Custo Amortizado
Total Ativos Financeiros		18.311.396	(5.226)	18.306.170	
Nomenclatura em 31/12/2024	Passivo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações / Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	Relações Interfinanceiras	17.231.711	-	17.231.711	Custo Amortizado
Total Passivos Financeiros		17.231.711	-	17.231.711	

(1) Referem-se às perdas de crédito esperadas e aos ajustes ao valor justo de ativos financeiros reclassificados entre as categorias de mensuração conforme os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/2021.

5. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2025		
	Valor Contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Disponibilidades	3	-	3
Saldo Caixa e Equivalentes de Caixa	3	-	3

6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários e demais Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são compostos pelos recursos provenientes de aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros, sendo mensurados por categorias, conforme apresentados abaixo:

6.1 Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

31/12/2025			
Descrição	Valor Contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	994.213	-	994.213
Demais Aplicações em depósitos Interfinanceiros (a)	994.213	-	994.213
Títulos e Valores Mobiliários	8.228.639	(793)	8.227.846
Títulos Públicos Federais (b)	8.057.085	-	8.057.085
Títulos Privados de Instituições Financeiras (c)	171.554	(793)	170.761

a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração média de 102,67% do CDI.

b) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, Letras Financeiras do Tesouro atualizados pela taxa Selic, com remuneração de 100% da SELIC.

c) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, Letras Financeiras do Tesouro atualizados pela taxa Selic, com remuneração média de 105,89% do CDI.

6.2 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes:

31/12/2025				
Descrição	Valor Contábil	Ajuste a Valor Justo	Perda Esperada	Valor Justo
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	11.840.664	-	-	11.840.664
Demais Aplicações em depósitos Interfinanceiros (a)	11.840.664	-	-	11.840.664

a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração média de 93,89% do CDI.

6.3 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

31/12/2025			
Descrição	Valor Contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Títulos e Valores Mobiliários	1.439.860	-	1.439.860
Títulos por PR de Instituições autorizadas a Funcionar pelo Bacen	75.064	-	75.064
Cotas de Fundos de Investimentos	1.321.246	-	1.321.246
Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda – Sicoob Confederação (a)	42.619	-	42.619
Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC (a)	919	-	919
Sicoob Corretora (a)	12	-	12

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPJ.

a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das "Atividades de Investimento", tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6.4 Composição dos Ativos Financeiros por Faixa de Vencimento

a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

31/12/2025				
Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.335.058	9.935.976	1.563.843	12.834.877
Total	1.335.058	9.935.976	1.563.843	12.834.877

b) Títulos e Valores Mobiliários:

31/12/2025				
Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Títulos Públicos Federais - No País	229.141	108.631	7.719.312	8.057.084
Títulos Privados de Instituições Financeiras	25.199	105.137	41.218	171.554
Títulos por PR de Instituições autorizadas a Funcionar pelo Bacen	-	-	75.064	75.064
Cotas de Fundos de Investimentos	-	-	1.321.246	1.321.246
Participações de Cooperativas	-	-	43.550	43.550
Total	254.340	213.768	9.200.390	9.668.498

6.5 Resumo da Carteira Consolidada por Categoria de Mensuração

31/12/2025			
Descrição	Valor Contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	9.222.852	(793)	9.222.059
Ativos Financeiros Mensurados ao VJORA	11.840.664	-	11.840.664
Ativos Financeiros Mensurados ao VJR	1.439.860	-	1.439.860

6.6 Resultado de Operações com Ativos Financeiros

a) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários:

Descrição	31/12/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	611.500
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	111.337
Total	722.837

b) Resultado das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

Descrição	31/12/2025
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.924.792
Total	1.924.792

6.7 Classificação por Estágio

Abaixo a composição dos estágios das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários:

Descrição	31/12/2025		
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Aplicações Interfinanceira de Liquidez	12.834.876	-	-
Títulos Públicos Federais	8.057.085	-	-
Títulos Privados de Instituições Financeiras	246.618	-	-
Total	21.138.579	-	-

7. Operações de Carteira de Crédito e Outras Operações com Características de Concessão de Crédito

Abaixo, a composição da carteira de crédito e outras operações com características de concessão de crédito mensurados ao custo amortizado:

31/12/2025			
Descrição	Valor Contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Operações de Crédito - Custo Amortizado			
Empréstimos	948.121	(5.673)	942.448
Total - Operações de Crédito	948.121	(5.673)	942.448
Garantias financeiras prestadas			
Outras Garantias Financeiras Prestadas	125.920	(661)	125.259
Total - Garantias financeiras prestadas	125.920	(661)	125.259

7.1 Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Produto, Cliente e Atividade Econômica

Descrição	Empréstimos	31/12/2025	% da Carteira
Cooperativas Filiadas	948.121	948.121	100,00%
Total	948.121	948.121	100,00%

7.2 Resultado de Operações de Crédito

Descrição	31/12/2025
Rendas de Empréstimos	143.149
Total	143.149

7.3 Classificação por Estágios

As operações de crédito, Outras Operações com Características de Concessão de Crédito e Garantias Prestadas estão compostas nos estágios abaixo:

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos	938.708	9.413	-	948.121
Garantias Financeiras Prestadas	125.920	-	-	125.920
Total	1.064.628	9.413	-	1.074.041

7.4 Concentração das Operações por Modalidade, Maiores Devedores e Faixas de Vencimento

a) Composição das operações por faixa de vencimento:

Descrição	A vencer até 90 dias	A vencer até 91 a 360 dias	A vencer acima 360 dias	Vencido a partir de 15 dias	Total
Empréstimos	154.857	528.360	264.904	-	948.121
Garantias Financeiras Prestadas	-	-	125.920	-	125.920
Total	154.857	528.360	390.824	-	1.074.041

b) Composição dos Maiores Devedores:

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Devedor	221.026	23,31%
10 Maiores Devedores	948.121	100,00%

7.5 Movimentação em Estágios das Operações da Carteira Bruta

A reconciliação da carteira bruta das operações de crédito segregadas por estágios, estão assim compostas:

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo Inicial	1.081.619	66.689	-	1.148.308
(-) Transferido para Estágio 1	-	-	-	-
(-) Transferido para Estágio 2	-	-	-	-
(-) Transferido para Estágio 3	-	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 1	-	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 2	-	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 3	-	-	-	-
(+) Aquisição	728.974	-	-	728.974
(+) Apropriação de Juros	-	-	-	-
(-) Liquidação	(469.724)	(54.911)	-	(524.635)
(-) Liquidação Parcial	(276.241)	(2.365)	-	(278.606)
(-) Baixa para prejuízo	-	-	-	-
Saldo Final	1.064.628	9.413	-	1.074.041

7.6 Consolidação dos Estágios das Operações Carteira Bruta

Saldo Inicial	1.148.308
(+) Aquisição	728.974
(+) Apropriação de Juros	-
(-) Liquidação	(524.635)
(-) Liquidação Parcial	(278.606)
(-) Baixa para prejuízo	-
Saldo Final	1.074.041

8. Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Abaixo a composição dos estágios das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito e para Garantias Financeiras Prestadas:

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos	5.116	557	-	5.673
Garantias Financeiras Prestadas (a)	661	-	-	661
Total	5.777	557	-	6.334

a) As garantias financeiras prestadas estão registradas no passivo, pois representam obrigações da Cooperativa, enquanto as demais provisões estão registradas no ativo.

8.1 Movimentação em Estágios das Provisões

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito tiveram as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Provisão Inicial	6.767	4.499	-	11.266
(-) Transferido para Estágio 1	-	-	-	-
(-) Transferido para Estágio 2	-	-	-	-
(-) Transferido para Estágio 3	-	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 1	-	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 2	-	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 3	-	-	-	-
(+) Constituição Novas Operações	3.851	-	-	3.851
(+) Constituição Aumento de Provisão	-	-	-	-
(-) Reversão Total	(3.087)	(3.251)	-	(6.338)
(-) Reversão Parcial	(1.754)	(691)	-	(2.445)
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	-	-	-	-
Provisão Final	5.777	557	-	6.334

8.2 Consolidação dos Estágios das Provisões

Provisão Inicial	11.266
(+) Constituição Novas Operações	3.851
(+) Constituição Aumento de Provisão	-
(-) Reversão Total	(6.338)
(-) Reversão Parcial	(2.445)
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	-
Provisão Final	6.334

8.3 Despesa com Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Descrição	31/12/2025
Reversões de Provisões para Aplicação Interfinanceira de Liquidez	55
Reversões de Provisões para Títulos e Valores Mobiliários	3.664
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	9.011
Provisões para Aplicação Interfinanceira de Liquidez	(16)
Provisões para Títulos e Valores Mobiliários	(1.449)
Provisões para Operações de Crédito	(3.418)
Total	7.847

9. Outros Ativos Financeiros

Os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Devedores por Depósitos em Garantia (9.1)	-	3.390	3.390
(-) Perda Esperada Associada ao Risco de Outros Ativos	-	(31)	(31)
Total	-	3.359	3.359

9.1 Devedores por Depósitos em Garantia

Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
COFINS - Depósito Judicial	-	3.385	3.385
Outros Devedores por Depósito em Garantia	-	5	5
Total	-	3.390	3.390

10. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
IRPJ não compensado no próprio exercício	-	1	1
IRPJ - antecipações - a compensar	-	5	5
ISS - imposto s/serviços - a compensar	-	500	500
INSS - a compensar	-	2	2
Valores a restituir - PERDCOMP	-	19	19
Outros Impostos e Contribuições a Compensar	-	1	1
Total	-	528	528

11. Outros Ativos

Os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	103	-	103
Adiantamentos para Pagamentos de nossa Conta	249	-	249
Devedores Diversos – País (11.1)	4.465	-	4.465
Despesas Antecipadas (11.2)	335	-	335
Total	5.152	-	5.152

11.1 Devedores Diversos

Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	526	-	526
Plano de Saúde a Receber	83	-	83
Estoque de Pontos	775	-	775
Cooperativas Filiadas	3.049	-	3.049
Valores a Receber - Mensalidades	32	-	32
Total	4.465	-	4.465

11.2 Despesas Antecipadas

Em Despesas Antecipadas estão registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Prêmios de Seguros	1	-	1
Processamento de Dados	193	-	193
Software	141	-	141
Total	335	-	335

12. Investimentos

Os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Participações em Coligadas, Controladas e Controladas em Conjunto no País (a)	-	433.149	433.149
Total	-	433.149	433.149

(a) Em atendimento a Resolução CMN nº 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 269/2022, são mantidos no grupo de investimentos somente as participações de cooperativas em entidades que sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, sendo as demais participações classificadas no grupo de Títulos e Valores Mobiliários.

12.1 Movimentação dos Investimentos

O quadro abaixo apresenta as informações de movimentação dos investimentos, no período de 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Banco Sicoob
Saldo em 31 de dezembro de 2024	355.543
Aumento de Capital	90.387
Equivalência Patrimonial	37.392
Dividendos Recebidos	(48.057)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(2.116)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	433.149

13. Imobilizado de Uso

Os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

31/12/2025				
Descrição	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Imobilizado em Curso (a)		315	-	315
Terrenos		2.118	-	2.118
Edificações	4%	8.749	(2.823)	5.926
Instalações	10%	716	(361)	355
Móveis e equipamentos de Uso	10% - 20%	5.992	(4.285)	1.707
Obras de Arte		23	-	23
Subtotal		17.913	(7.469)	10.444

a) As imobilizações em curso referem-se a reforma do PA de BELO HORIZONTE/MG. Esses valores serão alocados em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciados.

14. Intangível

Os montantes do intangível estão assim compostos:

31/12/2025				
Descrição	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Sistemas de Processamento De Dados	20%	4.605	(3.909)	696
Total Intangível e Ágio		4.605	(3.909)	696

15. Relações Interfinanceiras

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades, inclusive Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

15.1 Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira - Cooperativas

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Centralização Financeira - Cooperativas	22.637.955	-	22.637.955
Total	22.637.955	-	22.637.955

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remuneradas de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média parcial de 31 de dezembro de 2025, equivalem a 100,68% do CDI.

15.2 Concentração dos Principais Depositantes

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Depositante	4.223.157	18,66%
10 Maiores Depositantes	14.257.957	62,99%
50 Maiores Depositantes	22.636.818	99,99%

16. Outros Passivos

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem.

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas (16.1)	9.289	-	9.289
Outras Obrigações (16.3)	43.466	-	43.466
Total	52.755	-	52.755

16.1 Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	7.921	-	7.921
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	60	-	60
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.269	-	1.269
Outros (16.2)	39	-	39
Total	9.289	-	9.289

16.2 Composição dos Saldos de Outras Obrigações Fiscais

A seguir, a composição dos saldos de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
ISSQN a Recolher	39	-	39
Total	39	-	39

16.3 Outras Obrigações

Os saldos de outras obrigações estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (16.4)	42.743	-	42.743
Credores Diversos – País (16.5)	426	-	426
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	297	-	297
Total	43.466	-	43.466

16.4 Passivos Sociais e Estatutárias

A seguir, a composição dos saldos de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Participações nos Resultados (a.1)	773	-	773
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	41.970	-	41.970
Total	42.743	-	42.743

a.1) A Participação dos empregados nos Resultados está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;

a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

16.5 Credores Diversos

Os saldos em Credores Diversos - País referem-se:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Crédito de Filiadas	13	-	13
Pendências a Regularizar	0	-	0
Desconto Folha Pgto - Crédito Consignado	31	-	31
Outros Credores Diversos - País	382	-	382
Total	426	-	426

17. Provisões

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões e outras Obrigações com Instrumentos Financeiros (17.1)	661	-	661
Provisão para Pagamento a Efetuar (17.2)	278.686	-	278.686
Provisão para Contingências (17.4)	3.390	-	3.390
Total	282.737	-	282.737

17.1 Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros

Em provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros estão registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Garantias Financeiras Prestadas (a)	661	-	661
Total	661	-	661

a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021. Em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2025
Coobrigações Prestadas	125.921
Total	125.921

17.2 Provisão para Pagamentos a Efetuar

As Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registradas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	2.403	-	2.403
Manutenção e Conservação de Bens	22	-	22
Compensação	1	-	1
Provisão Pagamento Administração Financeira	273.072	-	273.072
Outras Provisões para Pagamentos a Efetuar	3.188	-	3.188
Total	278.686	-	278.686

17.3 Provisão para Contingências

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais:

17.4 Composição da Provisão para Contingências

Descrição	31/12/2025	
	Provisão para Contingências	
COFINS		3.385
Outras Contingências		5
Total		3.390

17.5 Depósitos Judiciais – Ativo

Descrição	31/12/2025	
	Depósitos Judiciais	
COFINS		3.385
Outros		5
Total		3.390

17.6 Movimentação das Provisões para Contingências

Descrição	Cível	Tributário	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	3.503	3.253	6.756
Constituição da provisão	2.380	-	2.380
Atualização durante o exercício	-	132	132
Utilização durante o exercício	(5.878)	-	(5.878)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	5	3.385	3.390

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CENTRAL CECREMGE, não existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo classificados com o risco de perda possível.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18. Patrimônio Líquido

18.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2025
Capital Social	732.931
Associados	52

18.2 Fundo de Reserva Legal

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2025 apresentou saldo de R\$ 37.342 na Reserva Legal.

18.3 Fundo Voluntário

Conforme Resolução CMN nº 4.872/2020 são destinados aos Fundos Voluntários os recursos que representem obrigações e que sejam destinados a fins específicos, constituídos com as sobras líquidas apuradas no encerramento do exercício social das cooperativas de crédito em Assembleia Geral.

18.4 Reserva de Lucro a Realizar

Refere-se a transferência do resultado de equivalência patrimonial do Banco Sicoob S/A, não realizado.

Em 31 de dezembro de 2025 apresentou saldo de R\$ 47.876 na Reserva de Lucros a Realizar.

18.5 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27/03/2025 em conformidade com o artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 da seguinte forma:

- 86% para Conta Capital, no valor de (R\$36.000);
- 14% para Fundo de Comunicação e Marketing, no valor de (R\$5.681).

18.6 Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.966/2021, a cooperativa reconheceu, na adoção inicial, um ajuste de transição no Patrimônio Líquido, correspondente à reclassificação e mensuração de instrumentos financeiros e provisões para perdas esperadas. Esse ajuste, embora contabilmente registrado em sobras ou perdas acumuladas, foi evidenciado nesta nota para fins de transparência na apuração da sobra líquida base de cálculo das destinações estatutárias, conforme quadro a seguir:

Descrição	Valores
Sobras do Exercício em 31/12/2025 antes do Ajuste da Res. CMN nº 4.966/2021	116.385
Efeito do ajuste de Transição da Resolução CMN nº 4.966/2021 (Nota 4)	(5.226)
Sobras Líquidas do Exercício em 31/12/2025 após o Ajuste da Res. CMN nº 4.966/2021	111.159
Reversão devido utilização do Fundo de Contingência (a)	5.226
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES (FATES Com Não Associados)	(507)
Destinação para Reserva de Lucros a Realizar	10.665
Sobras líquidas, base de cálculo das destinações	126.543
Destinação para o Fundo de Reserva (10%) (b)	(25.309)
Destinação para o FATES - atos cooperativos (20%) (c)	(12.654)
Reversão devido utilização do FATES - CCI 797/2020 - ANC	740
Reversão devido utilização do FATES - CCI 797/2020 - AC	7.039
Reversão devido utilização dos Fundos Voluntários - CCI 797/2020	5.681
Sobras Apuradas na Reversão do Fundo de Contingências (a)	4.774
Sobras à disposição da Assembleia Geral	106.814

a) A Cooperativa constituiu um Fundo de Contingência, com recursos provenientes das sobras de exercícios anteriores, com a finalidade de absorver os efeitos do ajuste de transição registrados em sobras ou perdas acumuladas, decorrentes da aplicação dos critérios contábeis introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021.

b) 10% para o Fundo de Reserva, apurado sobre as sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), e é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao Fundo de Reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.

c) 20% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), apuradas sobre as sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES Ato Não Cooperativo, e é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

Em atendimento às normas contábeis e buscando maior transparência na apresentação das demonstrações financeiras, a Cooperativa SICOOB CENTRAL CECREMGE revisou a metodologia aplicada à reversão do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES).

No exercício de 2025, a reversão do FATES foi registrada após as destinações legais e estatutárias, diferentemente do exercício de 2024, quando a reversão ocorreu antes das destinações.

Essa alteração impacta a composição dos montantes destinados aos fundos estatutários e legais, e aumenta as sobras à disposição da assembleia.

A mudança foi implementada para melhor refletir a real disponibilidade dos recursos e está alinhada às melhores práticas contábeis e normativas vigentes.

18.7 Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No período de 31 de dezembro de 2025, o SICOOB CENTRAL CECREMGE realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no Banco Sicoob, pelo MEP, e registrou como outros resultados abrangentes as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

19. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o artigo 87 da Lei nº 5.764/1971.

O resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2025
Receita de Prestação de Serviços	33.955
Despesas Específicas de Atos Não Cooperativos	(141)
Despesas Apropriadas na Proporção das Receitas de Atos Não Cooperativos	(826)
Resultado Operacional	32.988
Receitas (despesas) Não Operacionais, Líquidas	(5)
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	32.983
IRPJ/CSLL	(13.123)
Deduções de Receitas com Associados - Res. Sicoob 129/16 e 145/16; CC11.762/25 (a)	(19.197)
Resultado de Atos Não Cooperativos (lucro líquido)	663

a) Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e maquininhas de cartões - SIPAG). Tais rendas compõem a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da cooperativa, não são destinadas ao Fates de Resultados com Não associados.

Saldo composto pela receita de juros sobre o capital próprio recebida do Banco Sicoob, a qual integra a base de tributação em razão de disposições específicas da legislação tributária. Contudo, por não corresponder à prestação de serviços ou à entrega de produtos a terceiros, nos termos do art. 87 da Lei nº 5.764/1971, tal receita não se destina ao Fates de Resultados com Não Associados.

20. Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2025
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(2.697.338)
Total	(2.697.338)

21. Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	31/12/2025
Rendas de Comissão de Outros Serviços	1.264
Rendas de Comissão de Seguros	768
Rendas com Outras Comissões Comerciais e sobre Serviços	632
Total	2.664

22. Despesas de Pessoal

Descrição	31/12/2025
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(738)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(7.050)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.580)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(5.048)
Despesas de Pessoal - Proventos	(10.619)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(26)
Total	(26.061)

23. Outras Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2025
Despesas de Água, Energia e Gás	(142)
Despesas de Aluguéis	(35)
Despesas de Comunicações	(169)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(453)
Despesas de Material	(78)
Despesas de Processamento de Dados	(1.979)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(6.081)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(6.078)
Despesas de Publicações	(5)
Despesas de Seguros	(15)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(2.318)
Despesas de Serviços de Terceiros	(591)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(25)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(876)
Despesas de Transporte	(15)
Despesas de Viagem no País	(594)
Despesas de Amortização	(330)
Despesas de Depreciação	(1.006)
Outras Despesas Administrativas (23.1)	(3.199)
Total	(23.989)

23.1 Outras Despesas Administrativas

Os saldos das outras despesas administrativas estão compostos:

Descrição	31/12/2025
Condomínio	(237)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(28)
Copa/Cozinha	(3)
Lanches e Refeições	(95)
Uniformes e Vestuários	(201)
Sistema Cooperativista	(181)
Assinatura de Publicações Técnicas	(3)
Rateio de Despesa ADM do Sicoob - Confederação	(2.219)
Contribuição Confederativa	(48)
Desp. Centro de Serv. Compart. - CCS	(174)
Outras Despesas Indedutíveis	(4)
Outras Despesas Administrativas	(6)
Total	(3.199)

24. Despesas Tributárias

Descrição	31/12/2025
Despesas Tributárias	(31)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(133)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(4)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(102)
Total	(270)

25. Outras Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2025
Outras - Despesas de Provisões Operacionais	(132)
Perdas - Práticas Inadequadas	(3)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(10.555)
Outras Despesas e Dispêndios Operacionais (a)	(9.571)
Total	(20.261)

a) Refere-se substancialmente aos repasses pela Central às cooperativas singulares decorrentes de limite de aplicação diferenciado vinculado às operações de crédito rural das filiadas, no valor de R\$9.007.

26. Outras Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	5.700
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	1
Dividendos	4
Atualização Depósitos Judiciais	132
Juros ao Capital recebido do Banco Sicoob	31.291
Rateio de Despesas da Central entre Filiadas	12.798
Distribuição de Sobras da CNAC	162
Outras Rendas Operacionais	12.477
Total	62.565

27. Despesas com Provisões

Descrição	31/12/2025
Provisões para Contingências Cíveis	(2.380)
Provisões/Reversões para Contingências	(2.380)
Provisões para Garantias Prestadas	(661)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(661)
Total	(3.041)

28. Outras Despesas

Descrição	31/12/2025
(-) Perda de Capital	(5)
(-) Despesas não Operacionais	(5)
Total	(5)

29. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

30. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica. Caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

30.1 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 artigo 44 e artigo 5 da Lei Complementar nº 130/2009, foram:

Descrição	31/12/2025
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(6.723)
Encargos sociais	(1.626)
Benefícios	(327)

30.2 Operações com Entidades Relacionadas

As operações do SICOOB CENTRAL CECREMGE são substancialmente realizadas com partes relacionadas, como Cooperativas Filiadas, Banco Sicoob, Sicoob Confederação e demais entidades relacionadas.

30.3 Cooperativas Singulares Filiadas

A Central é composta por 52 Cooperativas Singulares filiadas, que são instituições financeiras resultantes da união de pessoas que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e aos cooperados. Dessa forma, tornam-se, ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços do SICOOB CENTRAL CECREMGE e seus donos.

Transações	Ativo/ (Passivo/PL)	Receitas / Despesas
	31/12/2025	31/12/2025
Ativo		
Operações de Créditos – Notas 7 e 7.2	942.448	143.149
Outros Valores a Receber – Cooperativas Filiadas – Notas 11.1 e 26	3.049	12.798
Passivo		
Centralização Financeira – Notas 15.1 e 20	22.637.955	(2.697.338)
Rendimentos Centralização a Pagar – Nota 17.2	273.072	
Valores a Pagar - Crédito de Filiadas – Notas 16.5	13	
Patrimônio Líquido		
Capital Social – Nota 18.1	732.931	

30.4 Sicoob Confederação

O Sicoob Confederação é uma Cooperativa de 3º grau, constituída pela união das Centrais do Sistema Sicoob. Tem por finalidade representar institucionalmente todo o Sistema, sendo responsável pelas normas, políticas, condutas, processos, tecnologias, produtos, serviços e marcas do Sicoob.

Transações	Ativo/(Passivo/PL)	Receitas / Despesas
	31/12/2025	31/12/2025
Ativo – Nota 6.3		
Participações de Cooperativas	42.619	
Resultado – Nota 23.6		
Rateio de Despesa ADM do Sicoob – Confederação		(2.219)
Desp. Centro de Serv. Compart. - CCS		(174)

30.5 Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Banco Sicoob

O Banco Sicoob é um banco múltiplo privado especializado no atendimento a cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao Sicoob.

Transações	Ativo/(Passivo/PL)	Receitas / Despesas
	31/12/2025	31/12/2025
Ativo		
Disponibilidades – Nota 5	3	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez – Notas 6.1 e 6.2	12.834.877	1.924.792

Títulos e Valores Mobiliários – Notas 6.1 e 6.3	9.624.155	722.837
Investimentos – Nota 12	433.149	37.392
Patrimônio Líquido		
Outros Resultados Abruangentes	(48)	

31. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021 e Resolução CMN nº 5.194/2024, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2025
Patrimônio de Referência (PR)	512.346
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	3.509.422
Índice de Basileia (mínimo 12%)	13,91%
Imobilizado para cálculo do limite	10.443
Índice de imobilização (limite 50%)	2,03%

32. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2025
Contribuição Previdência Privada	(188)
Total	(188)

33. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos, é aprovada pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

33.1 Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

33.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;

- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

33.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3, S4 e S5.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil, que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado (RWAm_{pad});
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

33.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse, com aplicação de cenários adversos, têm por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

33.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

O gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

A partir dos princípios e diretrizes estabelecidos na Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Sicoob, é possível nortear as análises de relevância das exposições aos riscos social, ambiental e climático, considerando os seguintes conceitos:

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos fundamentais nas relações de negócios e para todas as pessoas, observando impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgãos competentes, observando potenciais impactos negativos e perdas em decorrência de danos causados ao meio ambiente por agentes físicos, químicos e/ou biológicos que possam afetar a reputação e os negócios do Sicoob.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos físico e de transição.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, de acordo com os critérios de elegibilidade, avaliação e monitoramento e divulgados nos manuais internos, observando a combinação de setores de maior risco, valores de exposição e existência de embargos ambientais, possibilitando a análise de associados com predisposição aos riscos desta natureza, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de trabalho escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

33.6 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas.

33.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;

- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO), Plano de Recuperação de Desastre (PRD) e Plano de Emergência (PEM).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

33.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

A área de Risco Cibernético realiza monitoramentos essenciais, acompanha vulnerabilidades e incidentes cibernéticos, além de participar de fóruns específicos sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para a proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade cibernética de todo o sistema Sicoob, o que possibilita a avaliação e a priorização de ações, medidas e controles para mitigação de riscos cibernéticos e de segurança da informação.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

34. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Belo Horizonte - MG, 31 de dezembro de 2025.

SAMUEL FLAM
DIRETOR FINANCEIRO E DESENVOLVIMENTO

PAULO CESAR GOMES GUERRA
DIRETOR DE CONTROLE, RISCO E SUPERVISÃO

ELAINE CRISTINA NETO
CONTADORA - CRC/MG 082.177-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Conselho de Administração,

O Conselho Fiscal da Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda – Sicoob Central Cecremge, por meio de seus membros abaixo assinados, considerando os resultados das reuniões mensais de verificação realizadas ao longo do exercício de 2025, conforme estabelecido no Estatuto Social, e tendo apresentado as manifestações e propostas de medidas consideradas convenientes, oportunas e necessárias, declara que, após examinar os procedimentos contábeis e os documentos que compõem as contas de encerramento do referido exercício — tais como o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Sobras ou Perdas (DSP), relatórios financeiros e demais documentos comprobatórios — concluiu que estes refletem adequadamente o resultado das operações realizadas no período.

Diante do exposto, os membros deste Conselho Fiscal manifestam-se favoravelmente à aprovação das contas do exercício de 2025 pela Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 26 de março de 2026.

Belo Horizonte, 13 de março de 2026.

Amaury Gonçalves – Conselheiro

Francisco Xavier Borges – Conselheiro

José Menezes de Andrade Júnior – Conselheiro

Weder Bernardes da Silva – Conselheiro

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA 2026



SICOOB

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO / SOBRE O COMITÊ DE AUDITORIA	3
1.1 OBJETIVOS DO COMITÊ DE AUDITORIA.....	3
1.2 COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA.....	4
1.3 ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA.....	4
2. ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA NO EXERCÍCIO SOCIAL.....	5
2.1 AVALIAÇÃO E MANIFESTAÇÃO SOBRE OS TRABALHOS DE AUDITORIA EXTERNA	5
2.2 AVALIAÇÃO SOBRE OS TRABALHOS DE AUDITORIA COOPERATIVA.....	5
2.3 AVALIAÇÃO SOBRE OS TRABALHOS DE AUDITORIA DE TECNOLOGIA	Erro! Indicador não definido.
2.4 AVALIAÇÃO E MANIFESTAÇÃO SOBRE OS TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA.....	6
2.5 AVALIAÇÃO E MANIFESTAÇÃO SOBRE A EFETIVIDADE DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	6
2.6 AVALIAÇÃO DAS DEMANDAS DOS ÓRGÃOS REGULADORES E DE SUPERVISÃO.....	Erro! Indicador não definido.
3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	8

1. INTRODUÇÃO / SOBRE O COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** foi constituído em 2024 devido ao seu enquadramento no conglomerado prudencial S3 no ano de 2022, sendo definido pela Resolução CMN 4.910/2021.

O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário de caráter permanente, subordinado diretamente ao Conselho de Administração, conforme disposto na seção III, Art. 43 do Estatuto Social do **SICOOB CENTRAL CECREMGE**.

As atribuições do Comitê são especificadas em seu Regimento Interno. Após análise do comitê e aprovação na primeira reunião ocorrida em 14/03/2025, levaremos para conhecimento do Conselho de Administração. A seguir, serão detalhados os objetivos, a composição, as atribuições e as atividades do Comitê.

1.1 OBJETIVOS DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração de acordo com o exercício das suas funções previstas em seu Regimento Interno, avaliando e manifestando-se sobre:

- I. as demonstrações contábeis;
- II. as auditorias cooperativas;
- III. as auditorias internas;
- IV. a efetividade do sistema de controles internos; e
- V. a efetividade do gerenciamento de riscos.

É importante destacar que, conforme o parágrafo único do Art. 2º do Regimento Interno, as auditorias e as opiniões do Comitê de Auditoria são restritas aos trabalhos realizados na Central **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, não contemplando as suas singulares filiadas.

1.2 COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Atualmente, o Comitê é composto por 3 (três) integrantes, eleitos conforme deliberação do Conselho de Administração registrada em ata reunião realizada em 19/12/2024 . São eles:

- O conselheiro de administração Sr. **Adarlan Rodrigues Fonseca**, como integrante do Comitê;
- O conselheiro de administração Sr. **Ronaldo Siqueira Santos**, como integrante do Comitê; e
- Sr. **Roberto Marchelli Ribeiro Junior**, como integrante independente e coordenador do Comitê.

O Comitê iniciou suas atividades em 14/3/2025 e o mandato dos membros eleitos é de 4 (quatro) anos (até 2028), podendo haver recondução de até 1/3 dos integrantes e respeitando o prazo máximo de permanência de até 10 (dez) anos consecutivos, conforme disposto na Resolução CMN 4.910/2021.

1.3 ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA

As atribuições do Comitê de Auditoria, definidas na Resolução CMN 4.910/2021, estão descritas em Regimento Interno próprio, cabendo aos integrantes zelar pelo seu cumprimento e prestando contas sobre as atividades desempenhadas, evidenciadas semestralmente em relatório específico.

Na execução de suas funções, o Comitê busca zelar pela manutenção de relacionamento harmonioso com o Comitê de Riscos, Diretoria Executiva, Auditoria Interna e Auditoria Independente, promovendo reuniões e/ou acompanhando os trabalhos realizados por esses órgãos de governança e controle.

O período objeto de análise e de registro neste relatório compreende as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria referente ao exercício de 2025.

2. ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA NO EXERCÍCIO SOCIAL

Para o desempenho das suas atribuições, o Comitê de Auditoria reúne-se trimestralmente. A reunião realizada foi de caráter ordinário e a ata do trabalho encontra-se arquivadas e disponível para os órgãos de administração e fiscalização, conforme previsto nos normativos vigentes e no Regimento Interno do Comitê.

Entre as atividades desenvolvidas, destacam-se as listadas a seguir.

2.1 AVALIAÇÃO E MANIFESTAÇÃO SOBRE OS TRABALHOS DE AUDITORIA EXTERNA

As Demonstrações Contábeis de 31/12/2025 do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, tendo sido auditadas pela Moore Prisma Auditores Independentes e analisadas pelo Comitê previamente à sua publicação.

O Comitê analisou o parecer do auditor independente, as Demonstrações Contábeis juntamente das suas notas explicativas, o Relatório de Administração e o Relatório de Auditoria Externa, manifestando-se, por unanimidade, pela aprovação da publicação das Demonstrações Contábeis e seus instrumentos. Com isso, o Comitê considera satisfatório o trabalho desenvolvido pela auditoria externa e corrobora com a opinião acerca da integridade das Demonstrações Contábeis.

2.2 AVALIAÇÃO SOBRE OS TRABALHOS DE AUDITORIA COOPERATIVA

Os trabalhos de auditoria cooperativa do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** também são realizados pela KPMG Auditores Independentes e envolvem a análise de escopos específicos por meio de solicitação do Banco Central do Brasil.

Para o trabalho de 2025 foram analisados os escopos indicados pelo Bacen. O Comitê entende a relevância da auditoria cooperativa e disponibiliza espaço regular para que a empresa apresente os resultados dos trabalhos, bem como as ações propostas pela Central para a regularização dos pontos, caso existentes.

2.3 AVALIAÇÃO E MANIFESTAÇÃO SOBRE OS TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA

Os trabalhos de auditoria interna são realizados anualmente por uma equipe especializada do Centro Cooperativo Sicoob – CCS.

O trabalho é orientado por meio do Regulamento de Atividade de Auditoria Interna, do Manual de Auditoria Interna e do Plano Anual de Auditoria Interna, todos do Centro Cooperativo Sicoob – CCS. A Central **SICOOB CENTRAL CECREMGE** optou por aderir aos serviços de auditoria interna prestados pelo CCS em função da padronização dos trabalhos realizados.

A auditoria de 2025 foi realizada em dois blocos, auditoria de tecnologia da informação e negócios, sendo a de tecnologia da informação realizada no período de 10/11/2024 a 05/09/2025 com emissão do relatório em 12/02/2026, contendo 07 pontos, todos com planos de ação monitorados pela Central. A auditoria de negócios está em andamento, com previsão de conclusão em abril/2026.

O Comitê entende a relevância da auditoria interna e efetuou reunião para apresentação do resultado dos trabalhos de 2025.

2.4 AVALIAÇÃO E MANIFESTAÇÃO SOBRE A EFETIVIDADE DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Central **SICOOB CENTRAL CECREMGE** possui um ambiente de controles internos compatível com o seu porte e complexidade, conforme instrui a Resolução CMN 4.968/2021. Os controles são auditados durante os trabalhos de auditoria realizados pela KPMG Auditores Independentes e Centro Corporativo Sicoob - CCS, conforme demandado pela Resolução CMN 4.910/2021.

As atividades de controles internos são de responsabilidade de todos os funcionários do **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, que conta com uma estrutura de monitoramento dos controles internos subordinada à Diretoria de Controle Risco e Supervisão, a qual reporta periodicamente o resultado do seu trabalho aos órgãos de governança.

Além disso, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva buscam se envolver ativamente na definição dos sistemas de controles internos, sendo que a Diretoria Executiva é a

principal responsável por capitanear as ações de manutenção e ampliação da cultura de controle, por meio da identificação, monitoramento, avaliação e tratamento de riscos e por fomentar a conformidade das áreas aos normativos aplicáveis.

Todos os processos pertinentes à área de controles internos da Central são detalhados no Relatório Descritivo e de acompanhamento das Atividades Relacionadas ao Sistema de Controles Internos, emitido anualmente, aborda a estrutura de Controles Internos da instituição e são detalhadas as atividades de monitoramento realizadas no exercício, bem como o acompanhamento dos planos de ação traçados. O Comitê de Auditoria teve conhecimento e debateu sobre os últimos relatórios emitidos.

Já a gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), abrangendo, no mínimo, o gerenciamento de capital e os riscos financeiros: crédito, mercado, variação das taxas de juros e liquidez; e os não financeiros: operacional, social, ambiental, climático, estratégico, reputação, conformidade, continuidade de negócios e cibernético.

A Central **SICOOB CENTRAL CECREMGE** conta com equipe responsável pelo gerenciamento de riscos, que promove ações coordenadas na busca por garantir que os objetivos sejam perseguidos dentro de limites aceitáveis de risco, conforme sua definição de apetite ao risco, a qual considera a capacidade para assunção de riscos, a tolerância a riscos e o perfil de risco.

A cultura de riscos é disseminada por meio de processo estruturado, com base em treinamentos específicos e de caráter obrigatório. Informações sobre os níveis de apetite por riscos apresentados na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, manuais, estratégias e processos relacionados ao gerenciamento integrado de riscos são disseminadas na Central.

A Central **SICOOB CENTRAL CECREMGE** também conta com um Comitê de Riscos próprio, instituído em dezembro/2023 e que tem como finalidade assessorar o Conselho de Administração com relação ao gerenciamento de riscos e de capital, nos termos da regulamentação vigente. O Comitê tomou ciência e debateu sobre os principais documentos: Declaração de Apetite por Riscos (RAS) do **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, conforme Resolução CMN 4.557/2017; e Relatório Trimestral de Gerenciamento de Riscos e de Capital – Pilar 3 para o exercício de 2024, conforme Resolução BCB 54/2020.

O Comitê de Auditoria considera que o perfil de risco está adequado ao seu modelo de negócios, e seus limites regulamentares e gerenciais estão estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), aprovada pelo Conselho de Administração.

3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Fundamentado no resultado dos trabalhos realizados de verificação do ocorrido no ano de 2025 e considerando as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria conclui que:

- a) A auditoria independente desenvolve seus trabalhos de forma satisfatória e apresentou resultados que corroboram com a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações contábeis até o momento;
- b) As demonstrações contábeis do exercício de 2025 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares de acordo com as práticas adotadas no país, refletindo, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** naquela data.
- c) O sistema de controles internos e os processos relacionados à gestão de riscos são adequados ao porte e à complexidade do **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, havendo esforço contínuo da administração para aprimorar os sistemas, processos e procedimentos; e
- d) os limites técnicos estavam enquadrados no semestre avaliado, devendo a administração permanecer monitorando os enquadramentos, principalmente na gestão dos recursos da centralização financeira, que impactam nos Índices de Basileia e de Liquidez do **SICOOB CENTRAL CECREMGE**;
- e) a gestão de riscos pela administração vem atuando adequadamente na manutenção do apetite ao risco adequado à RAS - "Declaração de Apetite por Riscos" do **SICOOB CENTRAL CECREMGE**; e
- f) O Plano Anual de Auditoria Interna referente aos trabalhos a serem realizados é adequado, tendo sido avaliado e aprovado pelo Comitê.



Relatório do Comitê de Auditoria: Exercício 2025

Integrante	Cargo	Assinatura
Roberto Marchelli Ribeiro Junior	Coordenador / Integrante Independente e Especialista Financeiro	ROBERTO MARCHELLI RIBEIRO JUNIOR:04607875600 Assinado de forma digital por ROBERTO MARCHELLI RIBEIRO JUNIOR:04607875600 Dados: 2026.03.31 16:33:14 -03'00'
Adarlan Rodrigues Fonseca	Integrante	
Ronaldo Siqueira Santos	Integrante	RONALDO SIQUEIRA SANTOS:5125560 0659 Assinado de forma digital por RONALDO SIQUEIRA SANTOS:51255600659 Dados: 2026.03.31 17:09:05 -03'00'

Belo Horizonte, 31 de março de 2026.